

CRAVOS DE ESPANHA

O triunfo do Movimento das Forças Armadas (MFA), em 25 de Abril de 1974, não tardou a confirmar a queda da mais antiga das ditaduras da Europa Ocidental. Nessa data, não contando com os regimes de inspiração soviética, só havia mais duas: uma igualmente antiga – a ditadura de Franco, em Espanha – e outra relativamente recente, na Grécia, desde 1967.

A proximidade geográfica, a secular afinidade cultural entre Portugal e Espanha e a longa experiência comum da ditadura fizeram despertar na sociedade espanhola uma natural curiosidade para com os eventos que iam decorrendo em Portugal, a seguir ao dia da libertação. Nas semanas seguintes ao golpe militar, muitos espanhóis vieram a Portugal para respirar, com os seus vizinhos, a atmosfera de esperança e liberdade que então se sentia.

No regresso a Espanha, essas viagens a Portugal não eram isentas de riscos, sendo comparáveis a pecados veniais de natureza política. O sentido de humor desse tempo deixou-nos algumas imagens saborosas, de que retivemos esta, publicada num jornal espanhol:



O interesse pela Revolução Portuguesa também chegou, muito naturalmente, aos militares espanhóis que haviam, convictamente, abraçado a causa da Liberdade e da Democracia. Não estavam organizados, mas existiam desde havia muitos anos, embora remetidos àquele tipo de solidão que os corpos militares tendem a alimentar...até um dia.

Inspirados pelos seus companheiros de armas portugueses, um grupo mais decidido de oficiais das Forças Armadas de Espanha logrou organizar-se, em Setembro de 1974, constituindo algo semelhante ao MFA – a **União Militar Democrática (UMD)** – “para aglutinar os militares dos três Exércitos e das Forças de Segurança do Estado que, prescindindo da sua posição política pessoal, queriam unir-se à maioria dos seus cidadãos para reclamar com eles o fim da ditadura e a sua substituição por um sistema representativo de pluralismo político”.¹

A UMD guardou, naturalmente, a conveniente reserva nas suas actividades e posições e iniciou um percurso semelhante ao inicialmente trilhado pelos militares do MFA, isto é, no maior segredo possível. Mas, ainda assim, o conhecimento da existência da UMD chegou até nós ainda antes de findar 1974. Nessa altura, com o posto de capitão, encontrava-me a prestar serviço no Quartel-General da Região Militar do Porto (QG/RMP). Fui então informado, pelo chefe do Estado-Maior da RMP, da existência da UMD e de que um primeiro contacto com o MFA fora estabelecido, em Lisboa, por dois oficiais espanhóis, que vim depois a saber terem sido Luis Otero Fernandez e Julio Busquets. Falou-me, ainda, de que a RMP acabara de receber um pedido, transmitido por um civil da Galiza que se deslocara ao QG, para que um oficial do MFA lá se deslocasse para uma reunião com alguns membros da organização espanhola naquela parte de Espanha. Na mesma ocasião, considerando os riscos que se anteviam, o meu superior perguntou-me se eu aceitava desempenhar essa tarefa de ligação com a UMD. A poucos dias de completar 28 anos e com um passado recente pleno de intimidades com o risco, foquei a minha atenção mais no valor histórico da demanda do que nas complicações de carácter pessoal que dela poderiam resultar. Aceitei, portanto, com um entusiasmo juvenil que era confortado com o entendimento de que a grandeza da missão valia bem os perigos a ela associados.

¹ FIDEL GÓMEZ ROSA, *Nuestros compañeros de la Unión Militar Democrática*. <http://www.miliciaydemocracia.org/?p=282>

Combinados os pormenores, encontrei-me, em Vigo, com o civil que fazia de intermediário, ao fim da manhã de 8 de Dezembro de 1974, data que era festiva em ambos os países. Feito o contacto, fui transportado ao encontro dos companheiros da UMD, o que se concretizou no interior de um apartamento, em Pontevedra ou nos seus arredores.

Eram uma meia-dúzia, creio que todos com o posto de capitão. Quem parecia ser o líder desse pequeno grupo era o então capitão Xosé Fortes. A conversa, que duraria um bom par de horas, serviu para eu narrar pormenorizadamente o nascimento, organização e acção mobilizadora do Movimento dos Capitães (mais tarde MFA), assim como a descrição do cenário político-militar em que haveria de decorrer a revolta militar de 25 de Abril e o subsequente derrube da ditadura do Estado Novo.

Foi logo evidente que, além das semelhantes circunstâncias que os dois movimentos enfrentavam, havia também algumas diferenças que, no caso espanhol, colocavam dificuldades na mobilização dos oficiais, quando comparadas com a situação portuguesa. A principal diferença residia, naturalmente, na agitação que 13 anos de guerra produziram na oficialidade portuguesa. Mas havia outras, naturalmente, conduzindo a formas de acção distintas para alcançar um objectivo igual. A UMD não pretendia executar um golpe de Estado. Nas palavras de um dos fundadores, “em vez de um pronunciamento activo, devíamos tentar um pronunciamento negativo – molhar a pólvora daquele Exército Azul”. Fixavam-se como objectivos: 1. Convocatória de uma Assembleia Constituinte; 2. Restabelecimento das liberdades democráticas e direitos humanos; 3. Luta contra a corrupção; 4. Reformas socioeconómicas para melhoria das condições de vida.

Quando a reunião terminou, despedi-me daqueles bravos companheiros com uma grande emoção e sem saber se os voltaria a ver. Xosé Fortes visitou-me no Porto, na Primavera seguinte, sendo essa, creio, a última vez que contactei alguém da UMD. Infelizmente, as notícias que se sucederam encheram-nos de uma profunda mágoa. Estava o processo revolucionário português no auge da sua complexidade, com indisfarçáveis clivagens dentro do próprio MFA, quando viemos a saber que, em 29 de Julho, a estrutura militar espanhola executara uma operação policial às residências de diversos oficiais membros da UMD e os havia colocado sob regime prisional. Ao todo, um major e oito capitães, entre os quais o meu caro amigo José Fortes.



Os nove oficiais detidos em Julho de 1975

O regime franquista pretendia cortar o mal pela raiz, actuando de forma impiedosa para que o medo pudesse fazer o resto do serviço. Provavelmente – como sucedera em Portugal com as deportações de 8 de Março de 1974 –, a lista que chegara ao comando das Forças Armadas estava bastante incompleta.

Os nove detidos foram, seguidamente, processados e vilipendiados, de forma suficientemente pública para produzir o efeito pretendido pelo regime. Expulsos do Exército, não seriam abrangidos pela Lei de Amnistia de 15 de Outubro de 1977 (já depois da morte de Franco), lei essa que, no entanto, incluiu os *etarras* com crimes de sangue e outros criminosos ligados à *Dirección General de Seguridad*. Para ser mais completo, aos nove oficiais inicialmente processados, juntar-se-iam mais dois, com a particularidade de o seu julgamento ter decorrido já depois da realização das primeiras eleições democráticas (Junho de 1977). E mais alguns oficiais seriam objecto de medidas disciplinares que o avanço democrático veio a salvar de uma sanção mais drástica. Mas a UMD crescera muito para além desta dúzia de

militares directamente perseguidos, podendo, hoje, sem grande erro, ser contabilizados em 13 militares da Força Aérea, 15 da Marinha e 142 do Exército.

Em 26 de Junho de 1977, poucos dias após a realização das primeiras eleições livres, a UMD autodissolveu-se, considerando que os seus objectivos estavam formalmente alcançados. No entanto, os militares expulsos das Forças Armadas tiveram de esperar até 1987 para serem reintegrados. Mesmo assim, além de terem sido obrigados a passar à reserva, não tiveram direito, contrariamente aos funcionários civis sancionados por Franco, ao pagamento dos retroactivos que a reconstituição das carreiras amplamente justificaria.

Passariam ainda mais 22 anos até que o Estado espanhol viesse reconhecer publicamente o empenhamento dos militares da UMD na transição para a democracia. De facto, em 4 de Abril de 2009, o Congresso de Deputados aprovaria uma proposta na qual se instava o governo a fazer esse reconhecimento de forma institucional. Daí resultou que, em 4 de Dezembro desse mesmo ano, o Conselho de Ministros tenha aprovado uma declaração institucional, na qual se fazia eco daquele empenhamento e se referiam explicitamente as perseguições de que haviam sido alvo oficiais e sargentos da UMD.

Em 16 de Fevereiro de 2010, e no seguimento deste reconhecimento, a ministra da Defesa, Carme Chacón (recém-falecida), entregou a Cruz de Mérito Militar e a Cruz de Mérito Aeronáutico (consoante o ramo dos distinguidos) a 14 antigos membros da UMD, «por la "valentía" que demostraron al colaborar "decididamente" en el camino hacia la Transición a la democracia española y por cuyo papel algunos fueron "encarcelados, juzgados, condenados y expulsados" del Ejército». Na ocasião, Carme Chacón recordaria, ainda, que a criação da UMD, em 1974, constituíra a demonstração de que, no seio das Forças Armadas, existia um sentimento partilhado por grande parte da sociedade, como era a convicção de que Espanha devia transitar para a liberdade e o pluralismo.



Cerimónia de condecoração de 16-02-2010



Carme Chacón condecora Fernando Reinlein

A maior parte dos militares que pertenceram à UMD estão, felizmente, ainda vivos. Muitos deles reorientaram as suas vidas e são hoje prestigiadas figuras no plano cultural e político. À semelhança do que sucedeu em Portugal com a fundação da Associação 25 de Abril, a UMD deu origem ao *Foro Milicia y Democracia* (FMD), vocacionado para a defesa dos valores democráticos nas Forças Armadas.²

A convite da FMD, e em representação da A25A, estarei em Oviedo, em 21 de Abril próximo, numa cerimónia de homenagem à UMD, organizada, em parceria, pelo FMD e pelas Tertulias en Llanes, no que será, para mim, um reencontro emocionante com alguns daqueles com que me encontrei, furtivamente, no longínquo ano de 1974.

David Martelo – Abril de 2017

² <http://www.miliciaydemocracia.org>